

Paulo Freire e Educação Popular no Brasil contemporâneo: Programa MOVA-SP (1989-1992)

José Henrique Singolano Néspoli¹

Resumo

Entre 1989-1991, o educador Paulo Freire foi secretário municipal de educação da cidade de São Paulo, no governo da então petista Luiza Erundina. Em sua gestão, Paulo Freire procurou introduzir uma profunda mudança em relação à forma como se vinha gerindo a educação no país, para isso fundamentou sua administração em uma política de participação popular. Foi com base nestas concepções que surgiu o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo (MOVA-SP), um programa criado e mantido por uma aliança política e pedagógica entre os movimentos organizados da cidade de São Paulo e a administração municipal de Luiza Erundina. O projeto consistia em criar um movimento de educação popular que ultrapassasse o sentido das campanhas contra o analfabetismo, promovidas pelo Estado, tornando-se um movimento organizado e autônomo da sociedade civil, capaz de sobreviver às mudanças do poder institucional e continuar lutando pela educação básica. Este texto pretende refletir sobre a experiência do Programa MOVA-SP (1989-1992), procurando analisar as contribuições de Freire para a construção de uma educação transformadora no contexto do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave

História da Educação. Paulo Freire. Política e Educação. Educação Popular. MOVA-SP.

1. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, professor no curso de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: josenespoli@hotmail.com.

Paulo Freire and Popular Education in contemporary Brazil: MOVA-SP Program (1989-1992)

José Henrique Singolano Néspoli*

Abstract

Between 1989-1991, the educator Paulo Freire was a municipal secretary of education in São Paulo, of the Luiza Erundina's government, PT. Under his management, Paulo Freire sought to introduce a profound change from the way it was managing the education in the country, for this administration based its policy on public participation. Under these conceptions emerged the Literacy Movement of Youths and Adults in São Paulo (MOVA-SP), a program created and maintained by an alliance between the political and pedagogical movements organized in the city of São Paulo and the municipal administration Luiza Erundina. The project consisted of creating a popular education movement, which exceeded the effect of campaigns against illiteracy promoted by the state, becoming a movement organized and autonomous civil society able to survive the changes of institutional power and continue fighting for basic education. This text aims to reflect on the experience of MOVA-SP Program (1989-1992), trying to analyze the Freire's contributions to build a transformative education in contemporary Brazil context.

Keywords

History of Education. Paulo Freire. Politics and Education. Popular Education. MOVA-SP.

* Master in History at the Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, History graduation professor at the Federal University of Triângulo Mineiro. E-mail: josenespoli@hotmail.com.

Introdução

Paulo Freire figura entre os principais personagens da história do Brasil da segunda metade do século XX. A partir de sua biografia e do estudo de suas ideias, é possível entrar em contato com os principais acontecimentos políticos que marcaram o país neste período.

Nos anos 1960, Freire tornou-se conhecido pelo seu método de alfabetização de jovens e adultos, o que o levou a ser convidado para coordenar a Campanha Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC) que integrava o Programa de Reformas de Base proposto pelo presidente João Goulart.

Com o Golpe Militar de 1964, Paulo Freire foi exilado do país, mas seu método de educação popular, pelo contrário, difundiu-se entre as organizações da sociedade civil brasileira, pautando a atuação de diversos movimentos sociais, que, sem dúvida, tiveram importante papel na luta contra a Ditadura nas décadas de 1970 e 1980.

Com a abertura política, Freire voltou ao Brasil e procurou se inserir novamente na vida política e educacional do país. Em 1989, o educador foi convidado para exercer a Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de São Paulo, em uma das primeiras experiências de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi neste contexto que Freire, junto com os movimentos organizados da cidade, criou o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo (MOVA-SP), herdeiro do Movimento de Educação de Base (MEB) dos anos de 1960, porém profundamente enraizado na realidade do Brasil contemporâneo, de modo que estudar o MOVA-SP é de fundamental importância para se pensar a aplicação do método político-pedagógico de Paulo Freire na atualidade.

Programa MOVA-SP e a educação popular

Vinte e seis anos depois de ter sido coordenador do MEB, o educador Paulo Freire volta a ocupar um cargo na administração pública, agora como secretário municipal de educação da cidade de São Paulo no governo da então petista Luiza Erundina (1989-1992). E, tal como nos anos de 1960, participa ativamente de um novo processo de acirramento das lutas sociais, como foi o caso do Brasil no contexto de fins dos anos 80 do século passado.

A vitória do PT em algumas importantes cidades do país nas eleições municipais de 15 de novembro de 1988 (como em São Paulo e Porto Alegre) teve um significado histórico para a política brasileira: as primeiras eleições da nova ordem política inaugurada com a promulgação da Constituição de 1988, simbolizada pela instituição do sufrágio universal, representou também o início da ascensão do PT à condição de principal partido da esquerda brasileira. O fracasso do governo Sarney levou a uma desintegração do principal agente partidário da transição, o PMDB, como resultado, o PT viu-se rapidamente projetado à cena principal da luta política por ser o único partido identificado pela opinião pública como realmente de oposição.

O avanço do PT nas eleições de 1988 dava sinais claros de que a população estava descontente com os rumos da transição democrática e almejava transformações mais significativas na sociedade brasileira. Neste contexto, o programa “democrático-popular” de Erundina defendia uma proposta de transformação social pautada na ideia de “governar através dos conselhos”. O PT afirmava que onde quer que alcançasse o

poder, ele entregaria o governo nas mãos dos trabalhadores por meio da abertura de canais de participação (conselhos), envolvendo a população diretamente na gestão das diversas áreas da administração pública, tais como educação, saúde, habitação etc., o que ficou conhecido como o “modo petista de governar”.

Colocar a economia e a administração pública a serviço dos trabalhadores é um dos principais objetivos do PT, mas ele não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortalecia o poder dos tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular [...]. As escolas terão de ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários; os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de [ter] o direito de fiscalização à contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre o emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores etc. (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 125).

De fato, a ideia de “governar através dos conselhos” marcou a atuação política dos petistas durante os anos de 1980. Basta observar as experiências administrativas do PT neste período – Diadema (1982), Fortaleza (1985), São Paulo (1988), Porto Alegre (1988) –, bem como a atuação do PT na Constituinte. Em todas elas, a ideia de participação popular forneceu o norte para a ação política do partido. Deste modo, a proposta dos conselhos desempenhou um papel fundamental no processo de construção da hegemonia petista no campo da esquerda.

Neste sentido, o programa de governo de Luiza Erundina afirmava que a participação

popular seria o caminho trilhado por esta administração para se promover uma inversão de prioridades na gestão da cidade de São Paulo. Concepção que foi ratificada no IV Encontro Municipal do PT-SP, realizado em maio de 1989, durante o primeiro ano da “Gestão Erundina”. O documento produzido na ocasião afirmava:

A constituição de organismos de poder local, a multiplicidade de formas de representação e participação da população – sobretudo os conselhos populares – que o PT deve estimular, em geral darão base sólida e ajudarão a imprimir avanços nas administrações petistas [...]. Os conselhos populares são formas de poder popular baseadas na democracia direta, visando a organização popular para a condução das lutas em diferentes âmbitos (municipal, estadual e nacional) e uma forma de representação política da população organizada (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 290-292).

Sendo assim, a participação popular era a marca que o governo petista queria imprimir à sua administração em São Paulo. O caráter “democrático-popular” da “Gestão Erundina” definia-se, justamente, pelo empenho na criação de canais efetivos de participação direta da população em todos os setores do Estado para, a partir das reivindicações populares, estabelecerem as prioridades do governo.

O conceito de participação popular na administração da capital paulista foi parte essencial da estratégia de governo como forma de introduzir os interesses da população excluída no processo de gestão, como também pressupôs que o exercício do poder popular, por meio da ruptura na relação representado/representante, corresse o poder conquistado pelas elites políticas na base de relações clientelísticas, reforçando o processo de organização das classes subalternas.

Paulo Freire era o símbolo dessa mudança pretendida pela administração petista. O desafio era enorme. A cidade de São Paulo

era a segunda maior da América Latina e uma das cinco maiores metrópoles do mundo, na época com 11,4 milhões de habitantes. Entre os órgãos da Prefeitura de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação era uma das mais importantes, pois tinha, por lei, direito a 25% dos impostos arrecadados pelo município, além de que empregava mais de um terço do total dos funcionários municipais e estava entre as instituições públicas mais presentes na vida das camadas populares da cidade.

Quando Freire assumiu a SME, a situação da educação na cidade, herdada da administração Jânio Quadros era a seguinte: o município possuía 703 escolas (cerca de 50 em estado deplorável – tetos caindo, pisos afundando, instalações elétricas provocando risco de vida), servindo a aproximadamente 720.000 alunos (FREIRE, 2000). Situação que, no entendimento do novo secretário, resultava de um longo processo de precarização da escola pública, motivado pela política de privatização do ensino, iniciada durante os governos militares e que se estendia até aquele momento. Em consequência disso, havia também uma enorme demanda reprimida por alfabetização e educação básica de jovens e adultos: dentre os 11 milhões de habitantes, o analfabetismo absoluto atingia cerca de 1 milhão de pessoas com 15 anos ou mais na região Metropolitana da Grande São Paulo e outros 2,5 milhões de jovens e adultos que possuíam menos de quatro anos de estudo (SME, 1989).

Quatro prioridades marcaram a gestão de Freire em São Paulo: 1) ampliação do acesso e da permanência dos setores populares – principais usuários da educação pública; 2) democratização do poder pedagógico e educativo para que todos – alunos, funcionários, professores, técnicos, pais de família – se vinculassem em um planejamento autogestionado; 3) incrementação da qualidade da educação, mediante a construção de um currículo interdisciplinar e da formação

permanente do pessoal docente; 4) combate ao analfabetismo de jovens e adultos (FREIRE, 2000).

O analfabetismo era um problema que atingia principalmente as camadas mais miseráveis da população paulistana e constituía-se em um elemento de exclusão política e social, portanto, em um obstáculo para o exercício da cidadania. No entanto, cabe destacar que uma das maiores conquistas dos movimentos de educação popular neste contexto foi ter conseguido que a Constituição de 1988 incumbisse ao Estado a responsabilidade pela erradicação do analfabetismo no Brasil, reconhecendo, ainda, que o direito a educação básica só poderia ser garantido por meio da cooperação entre Estado e sociedade civil.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) havia anunciado o ano de 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização. Neste sentido, havia um interesse especial por parte de diversos intelectuais, de diferentes países, onde a obra de Paulo Freire foi reconhecida, sobre qual seria a resposta de Freire no campo da alfabetização de adultos diante do novo contexto histórico. Dessa forma, a partir de sua gestão na SME da cidade de São Paulo, Paulo Freire procurou apontar os caminhos para a educação popular em âmbito mundial.

Acho que seria importante, durante todo o trabalho do Ano Internacional da Alfabetização, insistir e lutarmos para que este grande esforço tenha continuidade no tempo e na luta pela construção de uma educação pública e popular (FREIRE, 2000, p. 70).

Como visto, Freire era avesso à ideia de campanha de alfabetização, pois trazia uma abordagem pontual e limitada diante do problema do analfabetismo. Por isso, procurou imprimir um caráter mais duradouro em suas ações, que tinham em vista o fortalecimento dos movimentos de educação popular da cidade.

Com Paulo Freire à frente da SME,

muitos movimentos de educação popular enxergaram a possibilidade de poder trabalhar e construir com o Estado um novo projeto pedagógico, com verdadeiras rupturas políticas. Representantes dos movimentos populares, que já trabalhavam com alfabetização de adultos, passaram a procurar a Prefeitura Municipal para ver que tipo de apoio eles poderiam ter para ampliar os seus trabalhos.

Naquele contexto de final dos anos 1980, os movimentos de educação popular da cidade de São Paulo viviam sérias dificuldades para o prosseguimento do seu trabalho, dado o avanço da política neoliberal no país, que culminou, em 1990, durante o governo Collor, com a extinção da Fundação Educar, organismo ligado ao Ministério da Educação e da Cultura, que financiava diversos projetos de alfabetização de jovens e adultos (PONTUAL, 1995). A nova administração municipal, entendendo a importância dos movimentos organizados de alfabetização na luta pela escolarização básica, resolveu desenvolver um projeto com estas entidades.

Seminários e reuniões foram acontecendo entre educadores da SME, entidades envolvidas no trabalho de educação de adultos e os movimentos populares. Deste trabalho em conjunto resultou a criação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo.

Com o início dos trabalhos, ambos os lados tiveram que construir suas próprias estruturas de organização: a SME constituiu uma equipe técnica diretamente subordinada ao gabinete do secretário, coordenada por Pedro Pontual (reconhecido militante dos movimentos de educação popular), e as diversas entidades tiveram que construir uma estrutura organizativa onde pudessem unificar suas experiências e interesses: o Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização da Cidade de São Paulo (Fórum Municipal). A terceira instância era a jurisdição máxima da

estrutura deliberativa do programa, chamada de Fórum do MOVA, era o espaço de debate entre o SME e o Fórum dos movimentos populares e representava a concretização da proposta de implementar políticas públicas baseadas em uma parceria entre prefeitura e sociedade civil. Parte importante da originalidade do MOVA traduziu-se na estrutura interna do programa.

O Fórum MOVA era o conselho popular da alfabetização de adultos (GADOTTI, 2000). O projeto residia em criar um movimento de educação popular que ultrapassasse o sentido das campanhas contra o analfabetismo promovidas pelo Estado, tornando-se um movimento organizado e autônomo da sociedade civil capaz de sobreviver às mudanças do poder institucional e continuar lutando pela educação básica. O MOVA não era concebido, portanto, apenas como um programa educacional de combate ao analfabetismo, mas como um movimento de eminente caráter político, na medida em que, concomitantemente e por meio da alfabetização, procurava desenvolver um processo de conscientização dos envolvidos que incorresse num incremento da luta popular (FREIRE, 2000).

Os objetivos do programa deixam evidente a concepção de alfabetização defendida pelo MOVA:

1. Desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos uma leitura crítica da realidade.
2. Através do Movimento de Alfabetização contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e educadores envolvidos.
3. Reforçar o incentivo à participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular.
4. Reforçar e ampliar o trabalho dos

grupos populares que já trabalham com alfabetização de adultos na periferia da cidade (SME, 1989, p. 3).

Transparece nos objetivos do MOVA o caráter democrático-popular do governo petista, uma vez que o programa busca incorporar, por meio de mecanismos de participação direta, os anseios da população por educação básica, ao mesmo tempo em que procura incitar, a partir da mesma participação, a organização da sociedade civil. Moacir Gadotti, chefe de gabinete do secretário Paulo Freire, sintetiza a estratégia da participação popular como um processo educativo, pois desenvolve e fortalece a consciência cidadã da população para que assuma efetivamente o seu papel de sujeito da transformação da cidade (GADOTTI; TORRES, 1992).

O MOVA teve seu lançamento público em 29 de outubro de 1989, e a implementação do projeto iniciou-se com a parceria estabelecida com 14 entidades. Terminada essa primeira fase, em outubro de 1990, o MOVA contava com 626 núcleos em uma parceria com 62 entidades, que atendiam, aproximadamente, 12.000 jovens e adultos. O processo de implementação do MOVA culminou na realização do I Congresso dos Alfabetizandos da cidade de São Paulo, ocorrido no dia 16 de dezembro de 1990, do qual participaram cerca de 5 mil educandos e educadores. O congresso tinha por objetivo aprofundar os debates em torno das causas do analfabetismo e os caminhos de sua superação.

Em 1991, o MOVA encerrou o ano com 71 entidades conveniadas e 837 núcleos de alfabetização. O ano de 1992 ficou marcado por um processo que Pontual (1995) chamou de “institucionalização”, ou seja, o esforço de integrar mais o MOVA à estrutura oficial do ensino público, para, assim, dotá-lo de melhor estrutura material e humana. Objetivando aproximar os movimentos sociais da rede pública de ensino, a “educação formal” da “educação

não formal”, pois apenas dessa maneira

é possível que se dê em nível mais profundo uma real participação da comunidade de pais e representantes de movimentos populares na vida inteira das escolas (FREIRE, 2000, p. 48).

O Programa MOVA existiu até o fim da administração de Luiza Erundina (1989-1992). Por ele passaram quase 20.000 alunos, reuniram-se cerca de 70 entidades e foram abertos, aproximadamente, 1.000 núcleos de alfabetização por toda a cidade (PMSP, 1992). O programa representou um novo modelo de política pública na área da alfabetização de adultos, implicando uma nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade civil. Ao congregar 70 entidades, antes fragmentadas, a política educacional levada a cabo por Paulo Freire, por meio do programa MOVA, promoveu um avanço qualitativo na organização da sociedade. Neste sentido, o MOVA obteve êxito naquilo que se propôs: incentivar a organização da sociedade por meio de políticas públicas fundadas numa parceria entre Estado e sociedade civil.

Com o final da gestão de Luiza Erundina e a posse do novo prefeito, Paulo Salim Maluf (PDS), em 1993, o Programa MOVA-SP foi cancelado. Os movimentos sociais envolvidos no programa tentaram, durante todo aquele ano, negociar com o governo municipal a continuidade do MOVA. Sem sucesso, resolveram continuar organizados de forma independente e buscando novas parcerias que assegurassem a continuidade do trabalho. Neste momento, três instituições assumiram as funções da prefeitura: o Instituto Paulo Freire, o Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP e o Instituto de Alfabetização, Cultura e Educação Popular (IACEP), um órgão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (GADOTTI, 2008).

O fato do MOVA ter conseguido manter a articulação entre movimentos e entidades

representou um novo patamar de atuação para os movimentos de educação popular da cidade de São Paulo. Estes movimentos e entidades, que antes se caracterizavam por uma situação de fragmentação e dispersão, após a implementação do MOVA, passaram a se articular através do Fórum dos Movimentos Populares, tendo na continuidade do MOVA a consagração das práticas participativas como forma de organização da sociedade. A sobrevivência do MOVA como uma organização autônoma da sociedade civil que sobreviveu à alternância do poder administrativo municipal atesta que o objetivo de se desenvolver um programa de alfabetização de adultos que se constituísse em um movimento de luta pela educação básica foi atingido.

O MOVA, que até então tinha se caracterizado por uma parceria entre movimentos sociais e Estado, torna-se uma organização autônoma da sociedade civil. A partir de então, o MOVA começa a buscar novos parceiros na iniciativa privada, como Organizações não governamentais e outras fontes de financiamento nacionais e internacionais. O modelo de parceria do MOVA passa, portanto, por algumas alterações que permitiram a sua sobrevivência nas novas condições. Oscilando suas parcerias, ora com o Estado, ora com a iniciativa privada, o MOVA sobreviveu a experiência inicial e aos poucos foi se expandindo pelo país, ampliando cada vez mais sua área de atuação e sua organização política.

Pela sua ampla representatividade entre os atores do campo da educação popular, o projeto MOVA espalhou-se por diversos municípios em todo o Brasil na área da alfabetização de jovens e adultos, chegando até mesmo a ser implementado em nível estadual, no Rio Grande do Sul, no Acre, no Mato Grosso do Sul e no Rio de Janeiro, e a compor, a partir de 2003, o programa de governo do presidente Lula, formando-se então a Rede MOVA-BRASIL.

Se o programa criado por Paulo Freire fosse um programa conjuntural e apenas restrito à cidade de São Paulo, como tantos outros projetos e programas, ele desapareceria logo. Contudo, ele continuou porque representava uma verdadeira inovação, um **novo paradigma** capaz de oferecer elementos essenciais para a eliminação do analfabetismo no Brasil. O modelo de parceria Estado-sociedade civil, inaugurado pelo MOVA afirmou-se como uma nova 'tecnologia social', especialmente inovadora no que se refere ao enfrentamento de problemas sociais associados ao analfabetismo (GADOTTI, 2008, p. 93, grifos no original).

Como afirma Gadotti (2008), a originalidade e a força do MOVA está no seu modelo de parceria, que incorporou diversos elementos da cultura política participacionista, muito presente entre os movimentos sociais surgidos no contexto de luta contra a Ditadura. De acordo com sua leitura, a concepção de participação popular que pautou a criação do MOVA-SP foi parte integrante da estratégia da administração petista de introduzir novos atores – os movimentos sociais – no processo de gestão do município (GADOTTI; JACOBI, 1994). Sendo assim, a proposta de participação popular contida no MOVA seria a chave mestra que desencadearia um processo de “inversão de prioridades” na gestão do poder público, ou seja, as práticas participativas levariam a um tipo de relacionamento entre Estado e sociedade que seria o germe de uma de um processo de transformação social.

A luta pela criação de canais de participação direta da população nas decisões do Estado era um dos principais temas articuladores das demandas sociais neste período (GOHN, 2001), pautando, assim, a participação dos movimentos sociais e populares na esfera pública brasileira inaugurada em 1988. O MOVA é, portanto, no campo da educação popular, uma das experiências mais representativas da atuação política e da forma como este conjunto

de organizações da sociedade civil, que se desenvolveram durante as décadas de 1970 e 1980, inseriu-se nas instituições e na vida política do país após o retorno da democracia.

Educação e política no Brasil contemporâneo

Segundo Carlos Alberto Torres (apud GADOTTI; ROMÃO, 2001), professor da Universidade da Califórnia e pesquisador da educação popular na América Latina, o Programa MOVA-SP foi a experiência mais original e representativa da atuação política e pedagógica de Paulo Freire no contexto pós-ditadura. Como nos anos de 1960, foi no campo da alfabetização de jovens e adultos que Freire melhor conseguiu expressar suas ideias políticas e filosóficas. A proposta de unificar vários movimentos sociais com experiências diversificadas (movimentos de defesa da mulher, institutos de alfabetização, movimento por moradia etc.) em um movimento de educação popular, criado a partir de uma parceria entre Estado e sociedade civil, constituiu a principal contribuição do educador Paulo Freire para o campo das políticas públicas em educação na atualidade. Para Torres, estas características fizeram do MOVA uma das principais experiências pedagógicas que estiveram envolvidas no Ano Internacional da Alfabetização, de modo que, foi por meio do MOVA que Paulo Freire procurou apontar caminhos e alternativas para a educação transformadora no mundo contemporâneo.

Paulo Freire sintetizou da seguinte maneira a concepção de educação de jovens e adultos que fundamentou a criação e a atuação do MOVA-SP:

Cabe ressaltar que, para nós, o trabalho de alfabetização, na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhora da qualidade de vida e pela transformação social (FREIRE, 2000, p. 68).

A relação entre educação e política constitui a essência das ideias de Paulo Freire, por isso ele sempre negou ter criado um método, sua pedagogia era inseparável de seu conteúdo político, ou seja, a educação como um projeto de emancipação humana. Neste sentido, a concepção de educação formulada por Paulo Freire implica não só a formação do sujeito histórico – sua função conscientizadora – mas pressupõe também o fortalecimento das organizações populares – sua função organizadora.

Paulo Freire fez do termo “conscientização” o conceito central de sua obra. Por meio dele, Freire procurou apontar o caminho para superar o que ele denominou de “educação bancária” rumo a uma “educação para a liberdade” (GADOTTI; ROMÃO, 2001). Para o educador, não existe conscientização fora da práxis transformadora, da ação e da reflexão no sentido da emancipação humana, ou seja, a conscientização estimula os homens a intervirem na realidade para mudá-la, baseando-se em uma aproximação crítica da realidade, na qual os homens aparecem como sujeito da história. A educação aparece como uma interação homem-mundo, de modo que, seu uso no âmbito da libertação deve levar em consideração tanto a “vocação de ser sujeito” do homem, quanto às condições nas quais ele vive.

Neste sentido, a educação em Paulo Freire aparece pautada no princípio da unidade entre teoria e prática. Sendo assim, o processo de construção do conhecimento promovido pelas instituições educacionais deve se dar por meio de uma relação de “mão dupla” entre teoria e prática, de tal forma que a prática tenda para a teoria (ou seja, que o pensamento incorpore as demandas e inquietações da vida prática/cotidiana) e que a teoria caminhe em direção à prática (procurando difundir o pensamento crítico entre a população, incorporando-o a vida prática) (GADOTTI, 1983).

Portanto, segundo Freire, o processo de conscientização que a educação busca

estimular deve se desdobrar em um processo de organização e mobilização das classes subalternas. Tal como foi expresso no Programa MOVA-SP, em que os objetivos deste programa de alfabetização pretendiam “reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares”, fortalecendo assim a “luta pelos direitos sociais do cidadão” (SME, 1989, p. 3).

De acordo com concepções políticas que fundamentam o MOVA, o regime democrático não se restringe a uma questão de legislação ou de voto, a democracia requer, além de leis, também um conjunto de condições e comportamentos que lhe seja afim. Em outras palavras, para existir democracia não basta o Estado Democrático de Direito, é necessário que haja a cidadania.

Apesar da euforia dos anos 1980, pelo retorno da democracia ao Brasil, Paulo Freire entendia que o novo regime ainda carecia de uma cultura democrática enraizada na população do país. Entendia que a sociedade brasileira ainda não se demonstrava devidamente organizada e politizada para estabelecer uma relação de igualdade com a esfera pública, de modo que, o Estado desfrutaria no Brasil de um alto grau de autonomia política e administrativa diante da sociedade (FREIRE, 2001).

Deste modo, Freire entendia que a conquista de um grau mais elevado de democracia pressupõe a organização de um poder popular, único meio de romper com o descaso dos governantes e de colocar o Estado a serviço da sociedade, de modo que, somente o controle político da sociedade civil, altamente organizada, sobre o Estado, poderia garantir a conquista dos direitos sociais no Brasil (GADOTTI; TORRES, 1992).

Em entrevista concedida ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, em março de 1989, Paulo Freire deixa claro os desafios e o sentido político da educação no Brasil contemporâneo:

Sindicato: O que é ser um trabalhador do ensino no Brasil de hoje?

Paulo Freire: Não há um trabalhador do ensino, no Brasil ou em qualquer sociedade, como algo abstrato, universal. O trabalhador do ensino, enquanto tal, é um político, independentemente de se é, ou não, consciente disto. Daí que me pareça fundamental que todo trabalhador do ensino, todo educador ou educadora, tão rapidamente quanto possível, assuma a natureza política de sua prática [...]. Situando-se entre os educadores e as educadoras progressistas do Brasil, hoje, diria que nos assumir assim significa, por exemplo, trabalhar lucidamente em favor da escola pública, em favor da melhoria de seus padrões de ensino, em defesa da dignidade dos docentes, de sua formação permanente. Significa lutar pela educação popular, pela participação crescente das classes populares nos conselhos de comunidade, de bairro, de escola. Significa incentivar a mobilização e a organização não apenas de sua própria categoria, mas dos trabalhadores em geral como condição fundamental da luta democrática com vistas à transformação necessária e urgente da sociedade brasileira (FREIRE, 2000, p. 50).

Portanto, no entendimento de Paulo Freire, a escola deve ser um espaço de organização política das classes populares e um centro irradiador de cultura integrado à sociedade. Neste sentido, a escola/educação deve colocar o aluno em contato com os movimentos sociais, organizações políticas e instituições públicas. Ao mesmo tempo em que deve atuar como um agente que promove e organiza atividades culturais e educativas juntamente com a comunidade (FREIRE, 2000).

Deste modo, por meio do Programa MOVA-SP e da educação de jovens e adultos, Paulo Freire “atualizou” sua proposta de educação popular e apontou os fundamentos políticos e pedagógicos de uma prática educativa associada a um projeto de transformação social no contexto do Brasil contemporâneo.

Referências

FREIRE, P. A **Educação na Cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

_____. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Educação de Adultos).

_____. **Programa MOVA-SP**: proposta, princípios políticos e procedimentos metodológicos. São Paulo: IPF, 2000. (Série Cadernos de EJA)

GADOTTI, M; JACOBI, P. Participação e descentralização: a experiência educacional do município de São Paulo na gestão de Luiza Erundina. In: **Anuário de educação/94**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

GADOTTI, M; PEREIRA, O. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Guia da Escola Cidadã).

GADOTTI, M.; TORRES, C. A. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992. (Série Educação Internacional do IPF.)

GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de encontros e congressos**: 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Relatório final de governo**. São Paulo: 1992.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. **Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luíza Erundina**: a experiência do MOVA-SP (1989-1992). 1995. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SME). **Projeto inicial do MOVA-SP – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo**. São Paulo-SP, 1989.

Submetido em 24 de setembro de 2012.

Aprovado em 3 de janeiro de 2013.